



Luz Matinal: O amanhecer da imprensa abolicionista no estado de Sergipe¹

Marcela de Araujo Prado CARVALHO²

Ronaldo Nunes LINHARES³

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE

Resumo

No Brasil a imprensa exerceu um papel importante nas mudanças sociais no final do século XIX. Neste período, o papel combatente da imprensa volta-se para o combate ao império e a escravidão, difundindo as idéias de “progresso” e “civilização”. Nos anos 80 deste século, o destaque é a campanha abolicionista, considerada a mais popular já desfraldada no Brasil. Diferentemente dos grandes centros, com menos publicações, a imprensa abolicionista não teve lugar de destaque nas pequenas províncias, como é o caso da Província de Sergipe. Este artigo pretende apresentar um estudo inicial sobre a imprensa abolicionista em Sergipe, através do periódico “Luz Matinal”, considerado um dos primeiros jornais abolicionista da província. Apresenta o jornal e faz uma análise parcial de seu conteúdo, procurando compreender sua linguagem e seus propósitos.

Palavras-chave: Imprensa; abolicionista; Sergipe; Luz Matinal.

Introdução

A criação da imprensa tipográfica contribuiu para melhor disseminar informações. Antes só encontradas em livros, publicar e conhecer a informação especializada significava um problema, pois, o difícil acesso a materiais específicos tornavam a publicação e busca em livros - geralmente encontrados, em bibliotecas ou arquivos pessoais - trabalhosa, dispendiosa e demorada. Com a invenção da imprensa, o jornal impresso teve papel fundamental na difusão de idéias e conceitos, antes só encontrados em livros, e passaram a ter grande notoriedade na construção histórica e social ao facilitar o acesso e a publicação de informações respondendo as novas demandas da sociedade moderna. De acordo com Burke e Briggs (2004, pag. 29) a procura por material bibliográfico representava “(...) um oceano no qual os leitores tinham de navegar, ou uma enchente de material impresso em que era difícil não se afogar”.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Jornalismo da UNIT-SE, email: marcelapcarvalho@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do curso de jornalismo da UNIT-SE, e-mail: ronaldonl@uol.com.br



Neste sentido, a criação da imprensa é definida por Mc Luhan (in BURKE e BRIGGS, op. cit.) como a causadora de fortes mudanças culturais. Segundo Roger Chartier (1987), ao contrário do oriente, a imprensa ocidental vai além da simples utilização impresso para as ações administrativas, torna-se um espaço cultural, irrigando todas as relações, todas as práticas.

No Brasil a imprensa também exerceu um papel importante nas mudanças sociais do século XIX. Antes, com um viés prioritariamente político, pois, todo impresso passava pelo crivo e censura do estado e do clero. Segundo Martins (2008, pág. 244), “nada podia se veiculado que atentasse contra a religião, o governo e os bons costumes”. Na segunda metade do século XIX os crimes de imprensa foram incorporados ao Código Criminal, que previa pena em dobro para quem fosse pego disseminando “calúnias e injúrias em papéis impressos, litografados ou gravados, que se distribuíssem por mais de quinze pessoas” (Machado, 2008, pág. 246).

No entanto, com a disseminação das tipografias, os impressos fogem ao controle do governo, os textos antes proibidos passam a ter notoriedade através da imprensa clandestina, antes publicado exclusivamente em material clandestino e manuscritos passam a serem impressos. Apesar da forte censura do governo brasileiro Machado afirma que havia certa liberdade de expressão, porque os pareceres dos advogados da época indicam que muitos jornalistas se exprimiam, diversas vezes, de forma vigorosa contra as autoridades governamentais, apesar da existência e uma legislação que regulava os chamados “delitos de opinião”. “A legislação, portanto, não impedia os ataques dos articulistas contra as estruturas de poder”. (Machado, 2008, pág. 247).

Ao final do século XIX, o papel combatente da imprensa se torna mais contundente. Segundo Sodré (1999, pag. 233/234), o que mais se fazia naqueles tempos “*era precisamente discutir, pôr em duvida, analisar, combater [...] retomando a linha que a engrandecera nos tempos da Regência*”. Combate agora voltado para a república e a escravidão. Ainda segundo o autor (1999, pag. 234),

Tratava-se de liquidar o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional. A imprensa era por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas.

A imprensa tomou lugar de destaque nas elites intelectuais brasileiras, estas utilizavam os meios de comunicação, jornais, revistas, folhetins para difundirem suas



idéias de “progresso” e “civilização”. Esses argumentos eram utilizados para atingir os escravocratas a fim de extinguir a escravidão, considerada resquício de sociedade colonial (Machado, 2006).

A partir do final da década de 1870 se desenvolveu uma imprensa atuante nos principais centros urbanos. Na sede da corte, formou-se o principal núcleo jornalístico devido ao franco processo de urbanização, o crescimento populacional também aumentou o número de leitores, além disso, o Rio de Janeiro congregava uma elite intelectualizada originada da Europa incompatível com a estrutura escravista. Os periódicos passaram a servir de veículos das idéias republicanas e abolicionistas. (Machado, 2008, pág. 248)

Os ataques ao regime monarquista eram constantes. Os jornais *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias e Cidade do Rio*, traziam artigos de José do Patrocínio (1853-1905) que por sua vez atacava fortemente a escravidão. Além dos artigos pró-abolicionistas, alguns jornais não publicavam anúncios de compra e venda de escravos, como também não publicavam notas policiais informando sobre a fuga de escravos.

Nos anos 80 (século XIX) a campanha abolicionista, considerada a campanha mais popular desfraldada no Brasil até então (Martins e Lucas, 2008, pag. 74) estourou em outros grandes centros do império. Estimulados pela divulgação dos ideais abolicionistas na imprensa, as elites intelectuais passaram a ampliar o movimento pró-abolição com a organização de festas, quermesses, representações teatrais entre outras manifestações pró-abolição. Sobre o papel do abolicionismo e de seus defensores na imprensa brasileira, Martins e Lucas (2008, pag. 74/75) afirmam que era uma campanha, “*intensa e arrebatadora, posto sob a pena de talentosos literatos e de inspirados ilustradores, envolveu representante da elite, das camadas medias urbanas, do funcionalismo público, do segmento estudantil, parte da igreja e agentes emblemáticos da população negra*”.

Essa caracterização da imprensa abolicionista foi diferente nas pequenas províncias. Com um menor número de publicações a imprensa abolicionista nestas províncias não teve lugar de destaque, passando por todas as dificuldades e impedimentos comuns à causa abolicionista.

Este artigo pretende apresentar um estudo inicial sobre esta fase da imprensa abolicionista na província de Sergipe, através do periódico “Luz Matinal”, considerado um dos primeiros jornais abolicionista da província. Como resultado parcial de um estudo em andamento, nosso objetivo aqui é descrever o jornal e iniciar uma análise



qualitativa de seu conteúdo. A partir da descrição do jornal, procuramos compreender a linguagem e seus propósitos.

O Luz Matinal e a Imprensa abolicionista em Sergipe

O levantamento bibliográfico apresenta poucos registros sobre a imprensa abolicionista em Sergipe a exemplo de Maria Nely Santos(1994), Acrísio Torres de Araújo(1993), Josué Modesto Passos Subrinho(2000). O registro sobre o periódico “Luz Matinal” foi feito uma única vez, pelo desembargador Manoel Armino Guaraná em um catálogo organizado e publicado na Revista do Instituto Histórico Brasileiro.

Segundo pesquisa nos arquivos públicos do estado, os primeiros jornais abolicionista do estado de Sergipe foram O Descrito, a primeira edição encontrada do jornal data de 6 de dezembro de 1881, mas essa representa a edição de número 8 do periódico, e o Luz Matinal com sua primeira edição datada de 1 de junho de 1882. Embora tenham sido encontrados outros periódicos que publicam o tema, a exemplo do O Horizonte, O Laranjeirense, estes não se auto-denominam abolicionistas.

Em Sergipe não foi encontrado nenhum exemplar original ou digitalizado do “Luz Matinal”, este estudo só foi possível graças a uma reprodução da digitalização que se encontra na Biblioteca Nacional (RJ) pertencente ao Instituto Tobias Barreto e a referência de Armino Guaraná (1908) em seu artigo de comemoração aos cem anos da imprensa sergipana.

O “Luz Matinal” foi criado pela Sociedade União às Letras em 1º de junho de 1882, com a finalidade de incentivar e difundir o amor às letras, “através da imprensa de Gutemberg” LM (ANO I, N° 1). O periódico foi porta-voz de um grupo de jovens estudantes que utilizavam o veículo para difundir a liberdade de expressão. Foram encontradas apenas seis edições deste jornal e não foram encontrados registros mencionando exemplares posteriores a 27 de julho de 1882.

A primeira edição o jornal Luz Matinal teve como organizadores os membros da Sociedade União às Letras, a eleição para designar as funções dos membros foi realizada no dia 24 de maio de 1882. Os cargos ficaram da seguinte forma, presidente: Horácio Martins de Almeida vice-presidente: Luiz de Figueiredo Martins, 1º secretário: Pedro Polyeneto Ribeiro, 2º secretário: Julio Constancio da Silva, 1º orador- Flaviano Fontes, 2º dito: Turíbio Fontes, Tesoureiro: Agripino Vieira de Campos.



O aspecto gráfico do “Luz Matinal” é igual a maioria dos jornais veiculados na época, o tamanho é de 16cm largura X 25cm comprimento e contava com quatro páginas, impresso na Tipografia da Gazeta de Aracaju localizada na rua Itaporanga n°20, centro da capital Sergipana e distribuído pela própria Sociedade União às Letras.

Em relação à periodicidade, iniciou com publicação quinzenal, mas, a partir da segunda edição foi informado que a partir do mês de julho a publicação seria semanal. Nas edições encontramos duas publicidades uma, um convite para o velório e a outra a publicidade de uma gramática filosófica, ambas publicadas também no n° 2, publicado em 15/06/1882.

Com secções livres, O jornal apresentava: Editorial, Noticiário, Secção Avulsa, Literatura, Annuncio, Folhetim, Secção Histórica, Sciencia. Estas secções traziam notícias de política, agradecimentos, charadas, folhetins. Não publicava fotografia, mas, apresentava vinhetas em alguns exemplares para separação de secções, com figuras intertextuais; três estrelinhas dispostas em forma de triângulo para separar informações da secção avulsa e símbolos representando uma minúscula cruz para separar as notícias. Sem chamadas, as notícias mais publicadas diziam respeito à literatura e à escravidão.

Os jornalistas desse periódico apareciam como proprietários, diretores, e colaboradores, em sua grande maioria eles apresentam informações, percebemos em alguns textos, apesar de não serem publicados por mulheres, a presença forte da mulher na literatura da época, principalmente nos folhetins.

Na sua primeira edição o periódico Luz Matinal é estruturado com as secções: Editorial, Noticiário, Secção Avulsa, Columna do Riso, Litteratura e Anúncio do próprio jornal. Neste primeiro exemplar o jornal não faz menção ao abolicionismo, mas, deixa claro no editorial de apresentação, que teve o mesmo título do jornal, que se trata de um veículo livre, inclusive afirma que o futuro das sociedades está na leitura, “(...) com a gloria da posterioridade, divinamente irradiada, escolhe para a batalha do pensamento uma arma poderosa- o livro- e com ella procura rasgar as cortinas da obscuridade que separa do futuro” LM (Ano 1, N° 1). A linguagem demonstra a inclinação do Luz matinal às causas sociais. Ainda no primeiro editorial fala-se em Iluminismo e esclarecimento através da leitura.

Já na secção intitulada Litteratura o Luz Matinal traz textos de autores com pseudônimos J. P. S. Leite, A. De Azevedo, M. C. Da Silva, C. S.A. e Antônio Ferreira de Campos. Apesar da maioria dos textos publicados nesta secção falarem sobre



romance, alguns deles falam sobre descontentamentos em relação à pátria e incentivo a leitura.

É no seu exemplar de nº 2 que o Luz Matinal declara-se abolicionista, se o primeiro exemplar mostrou-se vanguardista para imprensa sergipana da época, foi no segundo exemplar que o periódico declarou-se porta voz da causa anti-escravista. O editorial do segundo exemplar do Luz Matinal traz um texto de A. Machado que ocupa toda a primeira página do impresso e continua na primeira coluna da segunda página terminando com aviso de continuidade do texto na edição seguinte. O editorial faz duras críticas ao tratamento dados aos escravos inclusive com uso de termos como: homicidas, vergonha e corrupção referindo-se aos escravistas.

Já nessa segunda edição o Luz Matinal inaugura a secção Histórica, responsável por relatar fatos históricos na maioria das vezes ligados à causa iluminista. Nas secções seguintes o Luz Matinal não apresenta linearidade no que diz respeito as secções, ora tirando, ora acrescentando secções. A partir do terceiro número o Luz Matinal apresentava a secção Folhetim, esta representava uma história de amor relatada que sempre continuava na edição seguinte.

No quinto exemplar o Luz Matinal dedica o editorial “*Ao collega do Descrido*” LM (Ano 1, nº5), referindo-se a Francisco José Alves, proprietário do Jornal “O Descrido”, também declarado abolicionista da época. “É justo pugnarmos, sem hesitação alguma, sem nenhuma distinção, pela liberdade do homem que tristemente se diz escravo!”, relatava o editorial expressando apoio ao jornalista Francisco José.

O sexto exemplar do Luz Matinal apresenta características diferentes dos exemplares anteriores, não possui nenhuma referência à causa abolicionista, a edição é publicada sem editorial, com as secções Noticiário e Sciencia na primeira página. Como era característico ao jornal as secções Histórica e Folhetim não apresentaram final e colocavam um aviso de continuidade das histórias, mas apesar do exemplar de nº 6 apresentar os textos dessa forma, não foi localizado mais exemplares do Luz Matinal.

O “Luz Matinal” apresenta características particulares. Por ser um jornal “Litterário, Chistoso e Noticioso”- como se autodenomina, o periódico não apresenta artigos político, já na secção de anúncios o jornal informava que não se publicava artigos de política e não foi encontrado escritos que criticam diretamente o sistema político sergipano. A característica de jornal literário é particular ao “Luz Matinal”, não foram encontrados jornais que se propuseram a difundir “*o amor ás lettras*” LM (Ano I, Nº 1).



O primeiro presidente da Sociedade União às Letras, Horácio Martins, junto a outros escritores sergipanos, lançou em 1980 o periódico Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maroim. O pesquisador Acrísio Torres refere-se ao periódico RLGLM como sendo o primeiro jornal sergipano que representou uma agremiação literária (1993, pág. 98), mas, baseado nessa pesquisa constatou-se que a Sociedade União às Letras foi pioneira na publicação de um periódico com características literárias e abolicionistas.

Não foram apresentadas ao público as atas de reuniões da Sociedade União as Letras, assim como não se pode constatar nenhuma referência aos leitores do LM- todos os exemplares traziam em sua secção de anúncio a informação que a redação do Luz Matinal aceita artigos literários que lhe sejam enviados pelos assinantes e que os publicaram gratuitamente, contudo, no decorrer da pesquisa não foi encontrado referências que indiquem a publicação de texto de assinante.

Em 1980, no periódico, o presidente da Sociedade União as Letras, Horácio Martins, se declara publicamente maçom, no LM são encontrados vestígios da maçonaria, como signos tipográficos e a própria literatura, mas, a pesquisa ainda não pode constatar a veracidade da ligação do LM com a maçonaria.

Apesar da tentativa de se manter imparcial politicamente e imune aos interesses particulares o LM, caracterizou-se como um importante difusor das idéias abolicionistas, o renomado jornalista Francisco José Alves cita o LM no jornal O Descrido assim, como também o LM cita apoio a casa abolicionista que tinha o jornal descrido como porta voz.

Alguns dos colaboradores do “Luz Matinal” mais tarde estiveram envolvidos com a causa republicana e abolicionista. O responsáveis pelo “Luz Matinal” pretendiam sobretudo alcançar a juventude sergipana a fim de que o conhecimento pudesse ser ferramenta de libertação dos grilhões da ignorância.

A guisa de conclusões

O estudo sobre a imprensa sergipana rende bons frutos de trabalho e o estudo sobre o periódico “Luz Matinal” abre precedentes para vários outros questionamentos, como a pouca visibilidade da imprensa negra no estado de Sergipe e a falta de estudo sobre esse fenômeno.



Apesar da notória importância da imprensa sergipana nas mudanças sociais do estado não existem muitas publicações a respeito deste objeto, que só é citado em uma catalogação superficial de jornais dos séculos XVIII e XIX, não existem estudos científicos sobre outros jornais abolicionistas da época. Com acervos em péssimo estado de conservação, não existe a catalogação desses periódicos, ou seja, não se sabe ao certo quais jornais ainda existiram ou quais ainda podem ser recuperados e disponibilizados como objeto de estudo.

O final do século XIX foi muito importante para a história brasileira e o Luz Matinal não se furta a informar e relatar as mudanças sociais características da época. Os editoriais abolicionistas são escritos com riqueza de recursos literários, os textos apresentam detalhismo e profundo conhecimento da causa abolicionista, mas, não cita nenhuma referência a políticos escravistas.

O periódico analisado inovou na estruturação literária. Em análise a outros jornais da época, o LM se destaca por esse diferencial, em Sergipe não foram encontrados jornais literários anteriores ao “Luz Matinal”. A continuação desse estudo tem como objetivo geral a análise das representações simbólicas no LM, através da análise do perfil dos autores e da proposta literária, além da análise das condições sociais em que o estado se encontrava na época de publicação do periódico e principalmente a contribuição que o jornal Luz Matinal trouxe à causa abolicionista e suas conseqüências.

A conclusão deste estudo pretende contribuir com o aprofundamento das investigações sobre a continuidade do periódico e o motivo do ocultamento da causa abolicionista a partir do exemplar de número nº 6.

REFERÊNCIAS

BRIGGS, Asa e BURKER, Peter. **Uma História Social da Mídia-** De Gutemberg à Internet. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar; 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil; 1987.

DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (Org's). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo. Atlas; 2005.



LESSA, Monica Leite e FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Org's). **Entre a monarquia e a república-** Imprensa, pensamento político e Historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro. Ed. Uerj; 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marcos e FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org's). **História e Imprensa-** Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro. Editoras: DP&A e Faperj; 2006.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo; Ed. Contexto, 2008.

SANTOS, Maria Nely. **A sociedade libertadora “Cabana do pai Thomaz”-** Francisco José Alves uma história de vida e outras histórias. Sergipe. Ed. J. Andrade; 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro. Ed. Mauad; 1999 (4ª edição).

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho-** Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930. Sergipe. Ed. Ufs; 2000.

TORRES, Acrísio. **Imprensa em Sergipe.** Distrito Federal. Centro gráfico do senado federal; 1993.